

# Mudança da dívida

por Célia de Góis e Franco  
de Brasília

Transformar uma parte da dívida externa em bônus a serem lançados nos mercados internacionais de capitais é diversificar as moedas-base dos empréstimos estrangeiros, abandonando-se a atual concentração no dólar — essas foram, em resumo, as duas propostas concretas apresentadas ao governo brasileiro para a próxima fase de renegociação da dívida pela União de Bancos Suíços (UBS), um dos trinta maiores bancos do mundo.

Essas sugestões foram debatidas durante um almoço de Robert Holzach, presidente do "board" da UBS — o maior credor entre os bancos suíços, que concederam, em conjunto, cerca de US\$ 2,5 bilhões ao Brasil —, com os ministros da Fazenda, Ernane Galvães, e da Agricultura, Nestor Jost, além de diretores do Banco Central e do Banco do Brasil.

As duas propostas tra-

zem embutida uma vantagem apreciável para o País, destacou Holzach: juros fixos, em vez do atual sistema de empréstimos com taxas renováveis ao sabor do mercado a cada seis meses, que tem sido um dos problemas de maior destaque nas discussões entre credores e devedores ultimamente. Ao demonstrar maior flexibilidade nesse aspecto do que bancos de outras nacionalidades, especialmente os norte-americanos, o "chairman" da UBS justificou-se: a dívida do Brasil para com os bancos suíços é muito menor do que para com os EUA. Além disso, os bancos suíços têm uma posição de reservas mais firme do que a maioria dos demais bancos estrangeiros.

Do lado da UBS, mais do que a questão dos juros, duas questões específicas do Brasil merecem hoje atenção concentrada, como afirmou seu representante em São Paulo, Constant Rochat, que também parti-



Robert Holzach

cipou do almoço: a inflação e a sucessão presidencial. Rochat comentou que o próprio governo brasileiro tem reconhecido o pouco que se pode fazer atualmente em termos de combate à inflação. Quanto à sucessão, seria absolutamente compreensível essa preocupação, na medida em que os bancos gostariam de saber para onde o País vai.

Holzach, por sua vez, comentou que não seria recomendável um rompimento das negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) — uma possibilidade que teria sido aventada pelo presidenciável Tancredo Neves. Em resposta a um jornalista, o presidente da UBS lembrou que o FMI faz parte essencial do sistema financeiro mundial, em que todas as relações internacionais estão baseadas.

Os dirigentes da UBS não forneceram muitos detalhes sobre as propostas levadas a Galvães — que, aliás, teria demonstrado disposição em analisá-las. Mas Rochat informou que a UBS já transformou empréstimos aos bancos brasileiros (pelo esquema da Resolução nº 63) concedidos em dólares para francos suíços, com taxas fixas próximas de 7,5%. Assim, o tomador ficou com a garantia de que não haveria aumento do custo da operação durante todo o prazo de oito anos.

Holzach considerou ainda que existe mercado para bônus brasileiros no exterior, se uma parcela da dívida for transformada nesses papéis. Ele lembrou que o Brasil já lançou, há cinco anos, bônus no mercado suíço, a 100% do seu valor. Hoje, sua cotação estaria em 70%, o que permitiria que o Banco Central recomprasse esses papéis atualmente e com a diferença de deságio cobrisse os custos com juros no período. Levantamento recente da própria UBS, publicado por este jornal no dia 10 último, demonstra, contudo, que o deságio dos bônus brasileiros é agora de quase 80%.